

8 Reflexões finais

Raíssa Félix

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FÉLIX, R. Reflexões finais. In: *Volta miúda: quilombo, memória e emancipação* [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2020, pp. 181-188.

Transfluência series. ISBN: 978-65-86213-14-0.

<https://doi.org/10.7476/9786586213317.0009>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

8

Reflexões finais

Sentir é uma forma de manifestação política. O termo “política” é polissêmico – ou seja, possui vários significados a depender do contexto em que seja aplicado – mas, nesta frase, é utilizado como sinônimo de poder em disputa. O silenciamento histórico, a opressão cultural e epistêmica (da produção do conhecimento), a marginalização social, a discriminação racial são sintomas de um mesmo processo de disputa política, em que um modelo de sociedade – capitalista, colonialista, eurocentrada – se impõe, por meio da força, como única alternativa possível. Estar sensível a perceber a realidade, a entender o processo de violência que, historicamente, marginaliza, desumaniza, afasta os quilombolas (e afrodescendentes, em geral) do acesso à cidadania é portar-se contrariamente àqueles que oprimem.

O que falam os quilombolas de Volta Miúda? Que leitura de mundo é possível fazer a partir das narrativas das anciãs e anciãos? As mulheres e homens quilombolas falam, sobretudo, acerca das suas experiências – mas não de forma egoísta –, que é, também, uma perspectiva da memória coletiva daquela comunidade, haja vista que “recordar é algo muito mais do que simplesmente reproduzir fatos, trata-se de um processo de reconstrução seletivo e parcial que

depende das pertencas e redes sociais dos indivíduos” (CABECINHAS; LIMA; CHAVES, 2006, p. 70). As/Os quilombolas de Volta Miúda falam a partir e sobre uma herança histórica e cultural dos modos de ser, viver e sentir que advêm das negras e negros que foram escravizados e trazidos de vários países da África ao Brasil, falam sobre “afroperspectivas” que, segundo o professor e doutor em filosofia Renato Noguera (2012, p. 147), referem-se ao “conjunto de pontos de vista, estratégias, sistemas e modos de pensar e viver de matrizes africanas”.

Ao fazer uma pesquisa livre na internet sobre o termo “resistência”, é possível identificar diversos significados que remetem a não ceder, opor-se, manter-se firme, subsistir. A decolonialidade aduz sobre um movimento iniciado por intelectuais latino-americanos que preconizavam a compreensão da modernidade por perspectivas de individualidades que foram, historicamente, subalternizadas em função do contexto capitaneado pela própria modernidade – cuja face oculta é o mundo periférico colonial.

Este livro se insere no já não novo discurso que visa problematizar a independência política e a abolição da escravatura como marcos não libertários, a fim de evidenciar que forma e matéria, discurso e prática, gozam de distâncias abissais. Protraindo-se colonialismo em colonialidade, escravidão em exclusão social, resistir é portar-se sensível a perceber a existência do outro – esse outro não como agente exógeno, mas como a própria face reflexa em um espelho – cuja humanização define a sua própria humanidade.

O exercício de humanizar-se e a outrem, portanto, implica levar às comunidades humanas, rurais e urbanas,

quilombolas ou não, do Extremo Sul da Bahia e para além dele, histórias de uma comunidade quilombola, que são leituras de mundo que resistem, que se opõem à colonialidade que coisifica o ser. As memórias das/os quilombolas de Volta Miúda são poesias, falam sobre sentimento, sobre um mundo real e abstrato, ensinam sobre sensibilidade, cooperação e vidas que existem em sua inteireza se e somente se imbricadas umas as outras.

Este caminho desenvolveu-se desde a concepção da questão central, compelindo a um processo cíclico de reflexão, dúvidas, leituras e escrita, e, sobretudo, desconstrução. Ao me debruçar sobre a averiguação da educação enquanto linguagem hegemônica e excludente, ou linha abissal (SANTOS, 2009), em análise das constituições brasileiras¹⁵, e da percepção da multidiversidade étnica-cultural da sociedade brasileira, verifiquei que, inobstante os avanços alcançados no período de 2002-2016, no âmbito da democratização da educação, quanto ao acesso e permanência, o ensino formal possui uma densa carga de exclusão das identidades subalternizadas, tais como os afrodescendentes. Concluí quanto à (in)existência de um direito contemplativo das etnias conformadoras da sociedade brasileira, haja vista que uma educação não colonizadora

[...] implica, sobretudo, num caminhar inverso, pois o sentido de desenvolvimento pretendido não coagiria o sujeito a tornar-se ou apreender conceitos, vestimentas, linguagens, sentimentos que lhe são, em verdade, extrínsecos. O sentir que ultrapassa os moldes eurocêntricos - e por isso inexplicável - é o sentido que aglutina populações secularmente oprimidas, mas de particularidades vivazes em resistência ao empobrecimento capitaneado pela homogeneização imperialista.

15. Denúncias obtidas no Vídeo-documentário "Cartografando Conflitos" (CORNAVACA et al, 2018). Trabalho intitulado "Evolução do direito à educação no Brasil sob a perspectiva pós-colonial", apresentado no XXVII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI) e publicado na Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas (ALMEIDA, 2018).

Ao postular a revolução epistêmica e jurídica, que implicaria em profundas transformações das estruturas sociais, é importante notar que o que se pleiteia é a abertura política – de fato – às vozes silenciadas. Romper com o silenciamento, entretanto, não significa promover o isolamento e distanciamento de tais grupos. É, numa oposição às verdades postas, inclusive, ao raciocínio legitimado, consentir numa existência múltipla. Mestras e mestres dos saberes são, nesta perspectiva, símbolos de um processo de reflexão intrínseca que exige olhar para si e enxergar a ancestralidade que, viva, se manifesta na desarmonia de modelos que não cabem, e se mantém inaudível e ininteligível, por ser cartesianamente inalcançável.

[...] A amplitude do território histórico, epistêmico e cultural a ser (re)descoberto, com vistas à desconstituição das práticas impregnadas pela lógica colonialista – sobretudo as perpetuadas sem o reconhecimento desta mácula – que permeiam os ambientes social, escolar e demais espaços onde se renovam as arbitrariedades, deve continuar a instigar a luta pelo alcance da liberdade e dignidade humanas, com vistas à equalização do passivo sócio-histórico-cultural brasileiro. A fim de que, assim, os estudos sobre o avanço ou desenvolvimento do direito à educação, numa perspectiva pós-colonial, remeta pesquisadores e leitores a um novo lugar epistêmico do que seja, inclusive, educação ou direito. (ALMEIDA, 2018, p. 58-59).

Trazer as memórias ao papel, utilizando-se das linguagens verbal e não verbal, respeitando ao máximo as construções frasais e opções temáticas da/os quilombolas, contribui à ruptura com a linguagem hegemônica acadêmica livresca, pois, conforme CABECINHAS & NHAGA (2008, p. 114), “todos os indivíduos são activos na construção das suas representações; no entanto, a estrutura social determina que nem todos têm igual margem de liberdade no

processo de negociação das representações”. A rememoração de caminhos, em lugar da texturização de uma versão singular sobre cultura ou história, traveste-se de reconstrução histórica para exercício libertário, pois

implica quebrar o pacto de silêncio sobre o passado escravo, celebrado entre os cidadãos brasileiros livres em plena vigência da escravidão [...] apresenta-se paradoxalmente como caminho possível para reverter tal processo de hierarquização cristalizado no tempo e instaurar um universalismo almejado, mas não verdadeiramente atingido, desde o século retrasado. (MATOS; ABREU, 2004, p. 19).

A imersão em Volta Miúda, desde os primeiros passos e diálogos, evocou a beleza e riqueza das histórias ocultas, que são instrumentais para a emancipação cognitiva da comunidade. Esta emancipação está diretamente ligada, inclusive, à ruptura com a própria ficção da dignidade humana no discurso jurídico, que é eurocentrado, burguês, uma voz das classes dominantes. A vivência em Volta Miúda informou o protagonismo do capital para a subjugação dos povos e comunidades originários, que se quedam vulneráveis às imposições, violências e alijamento de direitos sociais, culturais e econômicos elementares. Isto reflete, de maneira mais abrangente, numa reexistência ante a colonialidade instaurada sob os valores da modernidade e que pretere os sentidos comunitarista, não produtivista e humanista comuns aos coletivos pesquisados. Limitar as individualidades a um tipo específico de dignidade humana é, também, uma forma de aprisioná-las. A vida digna em Volta Miúda, a partir dos perfilados, não está na propriedade, na acumulação de riquezas, mas na força intangível da comunidade que, unida e

integrada, garantia a dignidade e felicidade coletivas – isto difere da dignidade pautada pelo capital.

Os apontamentos aqui articulados se estabelecem no espectro de princípios éticos e científicos que percebem as pessoas, em especial as mais velhas, como píncaros de saber; que reconhecem a experiência como fonte de ciência; que se opõem, resistem, arduamente, às estratégias de dominação que tentam homogeneizar, coisificar, desensinar sobre sentir, minar a autoconfiança – apontamentos que ambicionam contribuir à salvação das gerações vindouras dos perigos de uma história única. Estas memórias, concedidas sensivelmente pelas anciãs e anciãos de Volta Miúda, rompem os limites da comunidade e os ressignificam. São histórias e memórias de resistência, que ampliam horizontes, poetizam a luta diuturna em prol de uma sociedade plural e fraterna e iluminam existências.

Volta Miúda me ensinou a ser continuidade, não há considerações finalísticas, o que existe em mim é a certeza de um vínculo que me antecede e que me excede. As vivências compartilhadas com os quilombolas desta localidade ensejam, diariamente, novas inquietações e buscas. Em função disso, estou desenvolvendo um trabalho acadêmico em que primo por extrair dos modos de ser, viver e sentir da comunidade, uma gramática jurídica decolonial. Para isso, é preciso refletir que a humanidade em sua dimensão digna se realiza por critérios muito específicos a partir das afroperspectivas.

Este livro, enquanto ato memorial, é um brevíssimo relato de sentimentos e percepções que, tenho certeza, maturarão com o tempo. É o relato de uma trajetória forte,

extenuante, que me rejuvenesce, fortalece, que me faz crescer pessoal e profissionalmente – e que ressignificou a minha militância em prol da chamada equidade e justiça social.

Vejam só: este é o meu tributo às anciãs e anciãos da Comunidade Quilombola de Volta Miúda. Gostaria de citá-los nominalmente, mas por precaução, a fim de que eu não incorra em nenhuma distração, fraternalmente dirijo-me a todas e todos quilombolas de Volta Miúda, às minhas/meus entrevistadas/os, a todas/os com quem compartilhei risos e sorrisos, informações, conversas, olhares, cumprimentos e experiências, às queridas professoras e funcionárias da Escola Municipal Dr. Sócrates Ramos, às adoráveis crianças com quem tive o prazer de dialogar; dirijo-me, carinhosamente, àquelas/es que ainda virão, fiz este trabalho pensando, também, em vocês.

Certamente este ciclo está marcado pela descoberta de novos caminhos a serem percorridos, da retomada de fôlego e fortalecimento da fé que possuo na força inerente à convivência coletiva, na efetivação do direito à memória como estratégia para salvar-nos da estupidez que conduz esta sociedade e macula a nossa liberdade. Sigo acreditando que a justiça social é possível, e mais consciente sobre as formas com que posso contribuir para isso – especialmente, seguirei rememorando nossos diálogos, a manter-me sensível à percepção de que sempre há algo a aprender, se me mantiver no horizonte do mundo que me nutre.

Este é o meu agradecimento por compartilharem um pouco de si, agradecimento por contribuírem com o meu sonho de evidenciar formas decoloniais de vida – que são vidas de fato, que resistem ante o sistema colonial-capitalista que

coisifica e nos desensina a sentir. Este percurso é o retrato de que sentir, é, de fato, uma habilidade revolucionária. Sob o lume das memórias dos quilombolas de Volta Miúda, em prece, conluo a que meus passos sejam guiados e multiplicados pela senciência que (re)existe através da sua ancestralidade.